

A Inclusão de surdos às aulas de Educação Física Escolar e o papel do professor de Educação Física nesse processo

The inclusion of the deaf to the physical education lessons and the role of the physical education teacher in the process

Andréa Oliveira Almeida¹
 Adriano Magno Ferreira²
 Daniel Ferreira dos Santos²
 Nayara Souza dos Santos²

Artigo
Original

Original
Paper

Palavras-chave:

Cultura corporal
 Inclusão
 Libras
 Verbalização oral

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir a inserção de profissionais da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no contexto da Educação Física escolar, haja vista a crescente demanda de pessoas com deficiência auditiva que em sua maioria são excluídas tanto das aulas práticas quanto teóricas, pela falta de preparo de professores, sendo que a pessoa surda não tem impedimento pelo fato de seu intelecto, sua motricidade e seu cognitivo não serem afetados pela perda da audição (ou em alguns casos surdez congênita) esse despreparo também pode ser observado por parte até mesmo de instituições de ensino que por lei tem que se adequar as necessidades individuais de cada aluno mais que muito pouco ou nada fazem para se adaptar a uma realidade cada vez mais iminente de que as pessoas com deficiência querem e podem ocupar seu lugar na sociedade. Pretendemos discutir e apresentar neste a importância da LIBRAS como fator de inclusão no contexto comum às escolas no intuito de torná-la algo real e não simbólica. É nosso objetivo também apresentar de forma concreta que a inclusão seja ela em que aspecto adquirir, deve ser algo paulatino e duradouro. Uma vez que a Educação Física presa pela cultura corporal e o corpo em movimento, pretendemos discutir que se por um lado a surdez compromete um dos sentidos, por outro os sentidos não afetados tornam-se mais aguçados tornando-os aptos a vivenciarem as culturas do desenvolvimento corporal através da prática da Educação Física. Acreditamos que a falta de verbalização oral torna o surdo intimamente ligado ao movimento pelo fato dele estar usando seu corpo constantemente para “falar.” Como base metodológica o estudo opta pela revisão bibliográfica a fim de buscarmos pistas que nos levem senão a soluções ou que pelo menos suscite debates e análise posteriores.

Abstract

The present study has as objective to argue the insertion of professionals of the Brazilian Language of Signals (LIBRAS) in the context of the pertaining to school Physical Education, has seen the increasing demand of people with auditory deficiency who in its majority are excluded in such a way from the practical lessons how much theoreticians, for the lack of preparation of teachers, being that the deaf person does not have impeditive for the fact of its intellect, its motricity and its cognitive had not been affected by the loss of the hearing (or in some cases congenital deafness) this unpreparedness

Key words:

*Corporal culture
 Inclusion
 Libras
 Verbal communication*

¹ Professora graduada em Pedagogia e Especialista em Psicopedagogia – Centro Universitário Geraldo Di Biase; Docente do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

² Graduação em Educação Física - Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

also can be observed on the part even though of institutions of teach that for law it has that if to adjust the individual necessities of each pupil more than very little or nothing they make to adapt to a reality each more imminent time of that the people with deficiency want and can occupy its place in the society. We intend to argue and to present in this the importance of the LIBRAS as factor of inclusion in the common context to the schools in intention to become it something real and not symbolic. It is our objective also to present of concrete form that the inclusion is it where aspect to acquire, must be something gradual and lasting. A time that the imprisoned Physical Education for the corporal culture and the body in movement, we intend to argue that if on the other hand the deafness compromises one of the directions, for another one the affected directions do not become more sharpened becoming-s apt to live deeply the cultures of the corporal development through the practical one of the Physical Education. We believe that the lack of verbal communication becomes the closely on deaf person the movement for the fact of it to be using its body constantly "to speak." As methodology base the study it opts to the bibliographical revision in order to search tracks that in them take the solutions or that at least it excites posterior debates and analysis.

1. Introdução

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais, culturais e educacionais. A prática que leva à exclusão social de pessoas que, por causa das condições atípicas, não lhe pareciam pertencer à maioria da população era prática comum, contudo no último século presenciou-se o desenvolvimento para o atendimento segregado dentro de instituições, com as chamadas "classes especiais", passando para a prática da integração social, recentemente, adotando a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais.

Presencia-se ainda hoje a exclusão e a segregação sendo praticadas em relação a diversos grupos sociais vulneráveis, em várias partes do Brasil, mas também vemos a prática da tradicional integração dando lugar à da inclusão escolar.

O desafio da educação inclusiva brasileira é a implantação de uma educação de qualidade associada a uma organização escolar que atenda a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação e que reconheçam as diferenças como fator de enriquecimento no processo educacional.

Nesse sentido, entende-se como educação de qualidade aquela que atende as necessidades de cada aluno, respeita o estilo de aprendizagem e propicia condições para se atingir

objetivos para além do âmbito individual, mas para o bem da coletividade.

O atual assunto tem proporcionado aos professores, funcionários, alunos e a sociedade, que repensem nos direitos e deveres de cada cidadão, que devemos não apenas incluir mais um aluno na escola, sem que consigam acompanhar os conteúdos em sala de aula e sim oferecerem suportes cabíveis a esses alunos, dando condições para uma boa aprendizagem.

Para que esse aluno não seja apenas mais um na estatística, devemos recebê-lo com carinho, dedicação, respeito e amor, para que estes não se sintam discriminados pelos demais, fazendo com que seu aprendizado escolar, aconteça de maneira agradável e natural.

À instituição escolar, juntamente com os pais, cabe formar uma rede de apoio para que se possa fazer o melhor por estes educandos, desenvolvendo suas potencialidades e cidadania. A escola é o espaço que pode proporcionar-lhes condições para exercer sua identidade sociocultural e a oportunidade de ser e viver dignamente.

O objetivo desse trabalho visa discutir a inclusão de pessoas surdas nas aulas de educação física, bem como, salientar o papel do professor de educação física nesse processo. Assim sendo, abordaremos no decorrer deste trabalho a importância da inclusão e o papel desenvolvido deste professor, para que a inclusão venha a ser cíclica, paulatina e conti-

nua, com o comprometimento de todos os setores envolvidos.

Com isso podemos ficar mais atentos se realmente estão fazendo valer as leis e que os professores possam transmitir por igual a seus alunos a importância de fazer valer a inclusão escolar, ressaltando a consciência de todos, para que não haja nenhum tipo de rejeição e discriminação, ou seja, todos devem estar unidos em prol da igualdade para todos.

O estudo que pretendemos elaborar parte de um conjunto de idéias de que a inclusão de forma alguma é ou poderá ser um favor a ser prestado. A educação inclusiva será apresentada como uma regra e não exceção, como um fator preponderante para uma sociedade que busque o equacionamento de não conformidades ou soluções simples para problemas que poucas vezes são trazidos a tona, pelo fato de que é mais fácil esconder do que tentar solucionar algo que incomoda a sociedade. Incluir, de acordo com (ALVES 2007, p.24) é “Abranger, compreender, envolver, acrescentar e somar.”

Sabendo disso gostaríamos de discutir o papel do professor de educação física nesse processo de inclusão pelo fato de ser esse o nosso foco e objeto de estudo.

A inclusão, sobretudo a inclusão escolar é algo a ser discutido, analisado e que soluções sejam apontadas para que não seja tão somente leis que fiquem no papel e que de tempos em tempos são tiradas das gavetas por força eleitoreiras ou modismo midiático. A aquisição da LIBRAS por parte dos professores de Educação Física nos leva então a uma pergunta: qual a bilateralidade da inclusão? Sabemos que ao incluir pessoas com deficiência de alguma forma o professor também está sendo incluído em um mundo cujo seu conhecimento é limitado, mas como esse não é nosso foco de estudo vamos nos ater à inclusão aluno/instituição de ensino/professor e não o inverso.

Segundo (ALVES 2007) para que possamos incluir, devemos respeitar e querer desenvolver o indivíduo em todos os aspectos dentro do processo de aprendizagem. Deve-se haver a inclusão social, respeitando a criança portadora de necessidades especiais, possibilitando-a da convivência com os indivíduos sem deficiência, através de trocas, dando-lhes

assim condições necessárias para a aprendizagem e a inclusão social.

Incluir tem sido um desafio que abrange todas as áreas sociais, culturais e podem-se dizer familiares, ao passo que muitas vezes não há um comprometimento sério por parte do poder (no caso político) que façam uma real inclusão de uma parcela da sociedade que há muito vem sofrendo todo tipo de preconceito e discriminação por algum defeito físico ou de qualquer outra natureza.

Afinal o que é a inclusão? Para que possamos entender o significado de inclusão vale lembrar que incluir não pode ser um processo paliativo e sim algo cíclico e continuado que além de inserir estas pessoas a sociedade levadas a se sentirem úteis, capazes e habilitados, tanto quanto as pessoas ditas socialmente normais. A perda da audição não pode ser fator preponderante para que essas pessoas sejam excluídas ou isentas de aprender algo que é de direito à todos pois está na constituição.

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo VII).

A lei é bem clara quanto ao direito de todas as pessoas - o acesso a saúde, educação, esporte e lazer, dentre outros direitos por lei assegurada. A inclusão, portanto é antes de tudo um direito, seguido pelo dever social que todos os poderes têm com as pessoas portadoras de deficiência, seja ela qual for, entender que essas pessoas não são debilitadas, que nada possam aprender e que a sociedade não estará fazendo favor algum.

Em se tratando de inclusão escolar para pessoas com deficiência a Constituição Federal de 1988 respalda os direitos, a cidadania e a dignidade da pessoa humana em seu artigo 1º incisos, II e III e como um de seus objetivos fundamentais a promoção do bem estar a todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3º inciso IV). A Constituição também elege como um dos princípios para o ensino “a

igualdade de condições de acesso e de permanência nas escolas” (artigo 206 inciso I).

De acordo com Mantoan (2006, p. 45):

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai lhes proporcionar condições de desenvolverem e de se tornarem cidadãos, com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente.

É preciso incluir, ainda que por força da lei, mas antes de tudo se faz necessário um cuidado além de especial quanto ao preparo das pessoas envolvidas nesse processo inclusivo, no, caso dos surdos as adaptações não são tão expressivas quanto às dependências e sim aos profissionais, o primordial nesse processo é que todas as pessoas envolvidas na inclusão de pessoa surda, seja a instituição que irá acolher esse aluno, os professores, diretores, coordenadores, pessoal de apoio os outros alunos e toda a comunidade se capacite ao uso comum da LIBRAS, como instrumento de trabalho e também como fator gerador de inclusão e incentivo.

O profissional de educação física seria neste processo um dos agentes de importância ímpar pelo fato de estar em contato mais próximo com os alunos, até mesmo pelo fato da cultura do movimento corporal ser seu objeto de estudo e matéria prima de seu trabalho.

Seguimos no Brasil uma política ainda que velada de exclusão do diferente por pessoas sem deficiência, exclui-se o negro, o pobre, o velho e o deficiente, isso se torna evidente quando há pessoas que fogem às normalidades que as pessoas concedem e aceitam em seu convívio.

De acordo com Mantoan (2006), há uma distorção que não pode passar em branco quando o assunto é inclusão pelo fato de que nos dias de hoje ainda as pessoas (inclusive da área da educação) se confundem ao mencionar a inclusão como se fosse a integração. A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Já a integração é inserir um aluno ou um grupo de alunos que já foi anteriormente excluído.

Ainda segundo a autora é possível citar em vários tópicos o que não é inclusão (p. 42):

Quando há uma classe de inclusão;
Quando há uma escola de inclusão;
Quando há uma professora de inclusão;
Quando todo mundo pensa que está fazendo inclusão;
Quando o pátio da escola é dividido, justamente por causa de determinado aluno etc.

É sabido que a inclusão é um direito de todas as pessoas que apresentem algum tipo de deficiência e é um dever de todos fazer a inclusão de fato e de direito não somente no papel. O comprometimento deve ser de todos (Sociedade, Estado, Escola), para que a inclusão não seja apenas algo que vá suprir uma necessidade imediata e sim que venha a cumprir o seu dever e o seu papel.

Muito se fala hoje em incluir, ou seja, trazer para o meio comum pessoas que por algum motivo são deixadas de lado da sociedade ou que ao ver de uma cultura totalmente capitalista não tem muita valia por que não produzem, não geram riqueza, ou pior ainda, não existem. Seguimos ao longo de nossa história um processo de colonização totalitário e extremamente excludente (vide a vergonhosa história escravocrata do Brasil).

Tenta-se hoje, com políticas de inclusão, reparar erros do passado com a classe menos favorecida, com programas sociais como se essas pessoas fossem abnegadas dos direitos comuns e constituintes à toda a população. A falta de responsabilidade do Estado para com a parcela da população menos favorecida ainda fornece subsídios para que projetos puramente especulativos e com finalidades ilícitas se multipliquem disfarçadamente em ONG's (Organizações Não Governamentais).

Sim, tem-se muito a reparar, mas não são através de programas trazidos por ONGs que irá mudar uma realidade histórica. A inclusão deve ser algo que passe por um longo processo onde as pessoas envolvidas devem ser ouvidas, objetivando atender de forma direcionada a classe a ser incluída.

Passaremos, pois daqui em diante a elaborar nosso trabalho em prol da inclusão de pessoas surdas ao convívio comum às aulas

de Educação Física, tanto quanto ao papel do professor neste processo, pois cremos que suas qualificações profissionais deverão passar por um longo processo de capacitação no intuito de trabalhar com todo tipo de público, sem fazer acepção de raça, credo, ou qualquer tipo de deficiência.

Acreditamos também, na importância ímpar do professor de Educação Física, num processo que busque a igualdade e a inclusão de uma parcela da sociedade cujas capacidades são analisadas pelas suas perdas (no caso os deficientes onde dependendo da mesma poderá comprometer a visão, audição, fala cognição-motora e outras).

2. Libras no ensino regular: proposta de inclusão

Ao contrário do que imaginamos ao perceber a existência desse tipo de linguagem, a LIBRAS não é apenas uma medida paliativa para se estabelecer algum tipo de comunicação com os deficientes auditivos, mas é uma língua natural como qualquer outra, com estruturas sintáticas, semânticas, morfológicas.

No período de 1970 a 1992, os surdos se fortaleceram e reivindicaram os seus direitos. Desde aquela época, as escolas tradicionais existentes no método oral mudaram de filosofia e, até hoje, boa parte delas vêm adotando a comunicação total.

Em 2002, foi promulgada a lei 10.436 que reconhecia a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva e de utilização das comunidades surdas no Brasil. Em 2005, foi promulgado um decreto que tornou obrigatória a inserção da disciplina nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio (curso Normal) e superior (Pedagogia, Educação Especial, Fonoaudiologia e Letras). Desde então, as instituições de ensino vêm procurando se adequar a essa lei.

As Libras, ao contrário do que se pensa não é e não pode ser confundida com mímica ou gestos que representem algo ou alguma coisa, ela é uma língua assim como outros idiomas que aprendemos ao longo de nossa vida por ter

toda uma estrutura que a sustente como “língua” (ainda que não verbalizada oralmente).

Para corroborar com o que foi dito acima, ainda acrescentaria:

As línguas de sinais são línguas completas e naturais, pois apresentam estrutura gramatical própria em seus níveis fonológicos (ou querológicos), morfológico, sintático e semântico, além de seus aspectos pragmáticos. O fato de as línguas de sinais não serem faladas e de não terem seus códigos escritos ainda popularizados entre os surdos, não as elimina das considerações científicas, visto que apresenta uma organização estrutural e fazem parte da constituição cultural desses sujeitos – crescendo, envolvendo e transmitindo dinamicamente tradições culturais. Portanto, as línguas de sinais fazem parte do conjunto da linguagem humana, com a diferença de se apresentarem uma terceira modalidade: a visuo-espacial ¹. (STOKOE *apud* FINAU in QUADROS, 2006, p. 28).

No Brasil, a língua de sinais é chamada LIBRAS, e foi oficializada em 2002, ela também possui regionalismo o que a caracteriza ainda mais como uma língua.

Neste sentido, é importante salientar que o termo utilizado para se referir aos indivíduos com alguma deficiência auditiva pode ser bem diferente, segundo (DIEHL, 2006, p.34), “Muitos são os nomes utilizados ao se referir àqueles que têm o sentido da audição comprometido ou inexistente, tais como “mudos”, “surdo-mudo”, e deficiente auditivo.”

Optamos por usar o termo surdo neste trabalho por ser esta expressão adotada pela comunidade surda.

A comunidade surda se origina em uma atitude diferente frente ao déficit, já que não leva em consideração o grau de perda de audição de seus membros. A participação na comunidade surda se define pelo seu uso comum da língua de sinais, pelos sentimentos de identidade grupal, o auto-reconhecimento e identificação como surdo, o reconhecer-se como diferentes [...] (SKLIAR, 1999, p.141).

¹ Ato de visualizar mentalmente uma imagem. Por exemplo, a localização de uma rua, cubo, realizar um movimento, entre outras formas.

Ainda, segundo a autora, o termo surdo não é apenas reconhecido como uma definição conceitual, mais uma forma do “Ser Surdo”, embora se encontre abordagens diferentes para o tema surdez. Sendo a linguagem utilizada como meio de comunicação por indivíduos surdos, a LIBRAS é estritamente visual, comunicada através de gestos codificados, tais como expressões faciais, e pequenos movimentos do corpo. Assim como no idioma falado, a LIBRAS também possui uma estrutura própria comum a cada país, por receber uma bagagem cultural de seu povo.

Perlin (*apud* DIEHL, 2006, p.47) afirma que “cada sinal tem uma representação mental que o surdo tem condição de conferir, entender e dar significados”.

Os sinais próprios das línguas de sinais geralmente são constituídos de configuração e orientação da mão, movimento, ponto de articulação, expressão corporal. Esses últimos são sinais mais claros, criados e utilizados pela comunidade surda. (PERLIN, 1999 p.80)

Bem como a língua falada que apresenta uma estrutura gramatical própria, a LIBRAS também tem sua estrutura e é interpretada pelo surdo de forma diferenciada dos ouvintes, pesquisas apontam que a língua de sinais se origina no cérebro da mesma forma que a língua oral, difere-se tão somente como a informação é captada e transmitida ao passo que uma utiliza a audição e a fala, a outra faz uso de gestos e visão.

A LIBRAS, como toda língua de sinais, é uma língua de modalidade gestual-visual, porque utiliza como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidas pela visão, portanto, diferencia-se da língua portuguesa de modalidade oral-auditiva por utilizar, como canal ou meio de comunicação, sons articulados que são percebidos pelos ouvidos. Mas, as diferenças não estão somente na utilização de canais diferentes, estão também na estrutura gramatical de cada linguagem (FENEIS, n 2 , p. 16)

No discurso comum à inclusão, no que se refere a LIBRAS é necessário que venha-

mos também a entender um termo amplamente utilizado: o bilinguismo ².

O bilinguismo surgiu para tornar eficaz o aprendizado dos surdos, visto que prioriza a LIBRAS em todas as situações, enquanto o português escrito é ensinado como segunda língua. No letramento bilingue, o uso de ilustrações nos textos faz com que a leitura torne-se agradável, pois dessa forma o aluno surdo pode visualizar não só o texto mais também, as figuras que representarão o que todas aquelas palavras querem dizer, surgirão então, as interpretações. (BOTELHO, 2002, p.15)

A aquisição da LIBRAS como uma segunda língua, torna a pessoa ouvinte um tanto quanto responsável pela inclusão de pessoas surdas ao convívio comum e aos ambientes onde a adaptação nem sempre é eficaz o que podemos incluir a escola como um ambiente ainda nos dias de hoje como um local onde poucas adaptações são realizadas para que o aluno surdo seja acolhido e se sinta plenamente contemplado satisfatoriamente em suas necessidades , ainda segundo o autor:

O que antes era visto como “deficiência” e ausência de capacidade, hoje é considerado “diferente”, ou seja, os surdos tem outros métodos de aprendizado, por meio da Língua Brasileira de Sinais, o que os torna aptos a exercer seus direitos de cidadãos. (BOTELHO, 2002, p. 17)

Os professores, sobretudo o professor de educação física que pretende se embrenhar no processo de inclusão, (vale lembrar que nos dias atuais não é mais uma opção do professor aceitar ou não alunos com deficiências em suas aulas, pois estes estão assegurados por lei de seus direitos legais), contudo, o professor que desde já esteja trabalhando com a inclusão e faz o uso da LIBRAS como uma ferramenta de trabalho estará de certo num caminho de atualização e bem próximo de uma auto-realização profissional.

É importante também salientar que a LIBRAS em um contexto inclusivo deve incorporar dentro das instituições a qualificação

² O Bilinguismo (num sentido escrito) é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar

de todas as pessoas envolvidas para que não haja uma falsa idéia de inclusão, onde na verdade o que terá ocorrido será a cópia do que se tentam ainda hoje abolir, as classes especiais.

3. As faces da inclusão

Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças. Chegamos a um impasse: para reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mais não há como reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições. (MORIN apud MANTOAN, 2006, p. 16)

Vivemos hoje numa aldeia global, as informações são repassadas ao passo que os fatos acontecem, temos acesso as mais diversificadas formas de tecnologias que nos une enquanto comunidades, cidadãos, compartilharam gostos, desejos, tristezas e felicidades, enfim somos seres humanos dotados de defeitos e qualidades, contudo ainda somos extremamente preconceituosos quando lidamos com circunstâncias, fatos ou pessoas que fogem ao que elencamos como sendo “normal”, tudo que venha a fazer com que as pessoas saiam de sua zona de conforto trás certo incômodo, ainda que muitas vezes seja dissimuladamente disfarçado.

As pessoas com alguma espécie de deficiência são as que mais sofrem com esta exclusão, por que a sociedade de certa forma já as condenou a viver no anonimato.

A exclusão vivenciada por pessoas surdas, bem como por indivíduos que apresentam alguma forma de deficiência em todos os ciclos sociais reflete em primeiro lugar uma ignorância pelo desconhecido, em segundo lugar pela falta de vontade em trazer essas pessoas ao convívio comum em todas as esferas e níveis sócio-econômicos, culturais, esportivos e religiosos.

O que se assiste hoje é um despreparo generalizado quando o assunto é inclusão, as pessoas com alguma forma de deficiência ainda hoje é vista com um olhar extremamente paternalista pela sociedade (quando no caso de

ser vista, por que uma parcela significativa da sociedade fecha os olhos pra uma realidade tão evidente), acredita-se que com ações de ajuda meramente financeira vá suprir a necessidade de planos e comprometermos com essa parcela importante e crescente da sociedade.

A inclusão escolar destas pessoas ainda vem a ser um capítulo vergonhoso, mas que se faz urgente que se debata e se adêque o quanto antes. As escolas não estão preparadas, os professores tão pouco para receber alunos “diferentes”. Como estão hoje nossas escolas?

Todos sabem que deixam a desejar e que é urgente fazer alguma coisa para redefini-las de todas as formas possíveis. É difícil o dia-a-dia da sala de aula. Esse desafio que enfrentamos tem limite: o da crise educacional que vivemos, tanto pessoal como coletivamente, no ofício que exercemos (MANTOAN, 2006, p.8).

Seguimos uma política de total despreparo e de adequação, tanto por parte dos professores envolvidos quando das instituições, que não tem como compromisso a inclusão, mais um paliativo que tente cobrir brechas que deveriam ser sanadas de forma definitiva. Confunde-se ainda hoje a inclusão com a integração, o que é um erro de interpretação que ainda hoje vem a vigorar.

A discussão em torno da integração e inclusão, cria ainda inúmeras e infundáveis polemicas, provocando as corporações dos professores e de profissionais da área de saúde que atuam no atendimento às pessoas com deficiência – os paramédicos e outros que, que tratam clinicamente crianças e jovens com problemas escolares e de adaptação social (STOKOE, apud FINAU in QUADROS 2006).

Se o que se pretende é incluir, deixa-se muito ainda a desejar no que se refere às qualificações profissionais e adaptações de ambientes e estruturas físicas que possam perfeitamente tornar o aluno aceito e respeitado. O professor que decide trabalhar na íntegra a inclusão como uma ferramenta de multiplicação e inovação, não pode e não deve ter sua identidade profissional abalada, o professor

deve vivenciar e experimentar as mudanças e conquista adquiridas com esforço, o surdo deve ser inserido nas aulas de educação física da forma mais natural possível, mesmo se no caso o professor precise de um intérprete de LIBRAS. De acordo com Botelho (2002, p.16):

A história dos surdos denota preconceito, indiferença e negligência por parte de alguns educadores, do governo e da sociedade. Anteriormente, as pessoas que nasciam surdas eram consideradas incapazes de se desenvolver, de aprender, de ser como “os outros”, por isso eram excluídas da sociedade, privadas de se casar, de adquirir ou herdar bens. Injustamente eram esquecidas, abandonadas em seus mundos silenciosos, interiormente, ansiavam poder gritar, mais em vão.

A inclusão de pessoas surdas nas aulas de ensino regular, sobretudo nas aulas de educação física é uma realidade possível, desde que haja um engajamento, um compromisso com as partes envolvidas. Pretende-se que as turmas tenham uma integração plena, sem que a necessidade da existência de turmas especiais onde a segregação ainda continuaria a existir mesmo que de forma velada por que se assim houvesse onde estaria a inclusão? É necessário que as turmas, os professores, funcionários, enfim todo o corpo docente/discente adquira a LIBRAS como uma ferramenta de inclusão e esteja preparado para receber alunos surdos no contexto escolar de forma natural, sem que esse se sinta protegido ou visto de forma preconceituosa.

O professor que possui a Libras como uma segunda língua está se adiantando a uma crescente e inevitável realidade, a de que em um futuro muito próximo não mais haverá turmas especiais e que todos os alunos estarão inseridos em um mesmo contexto escolar.

4. O perfil do professor de educação física e a educação física inclusiva

O perfil pretendido para um profissional da educação, sobretudo o de educação física é

constituído por habilidades e competências que completam um sujeito empreendedor, criativo e comprometido com o seu papel quanto a formação plena do cidadão, portanto, espera-se que o educador tenha um importantíssimo papel a desenvolver no processo educacional do “sujeito”.

Nesse sentido, o professor de educação física deverá superar a perspectiva reduzida que tem do conhecimento. Sendo assim, o professor de educação física deve considerar outros temas que emergem do cotidiano escolar e que possibilitem a intervenção junto a diversidade vivenciada pelos seus alunos. Dessa forma, a inclusão constitui em questão central para (des) construir uma abordagem que promova os princípios constitucionais: direito, cidadania e dignidade.

Para tratar com a diversidade, o professor de educação física deverá agregar ao seu perfil as características apontadas por Fonseca, (1995 p.45) para um docente do ensino especial.

Ainda segundo o autor, trata-se de um quadro da personalidade que nos fornece uma visão de quem é que teremos que formar, ainda que este perfil seja vago para se perceber as competências pedagógico-profissionais que o campo da Escola Especial requer. Além das especificações já citadas o autor sugere uma série de competências que o profissional do professor de ensino especial deve demonstrar capacidades:

- Para avaliar as necessidades educacionais específicas da criança;
- Para planificar curricularmente as seqüências de aprendizagem;
- Para utilizar métodos pedagógicos re-educativos, reabilitativos ou compensatórios, bem como técnicos e materiais didáticos apropriados ao estilo de aprendizagem das crianças;
- Para usar a informação contida na avaliação de outros profissionais (médicos, psicólogos, terapeutas, assistentes sociais, consultores, especialistas etc.);
- Para desenvolver prescrições educacionais em termos de comportamento que satisfaçam as necessidades intra-individuais identificadas;
- Para selecionar técnicas e materiais que implementem um programa educacional individualizado;
- Para criar recursos pedagógicos, gerir e administrá-los adequadamente;

Para realizar avaliações contínuas (pré-programas);
 Para efetuar relatórios evolutivos e cumulativos;
 Para recomendar mudanças apropriadas no fim ou durante o programa, através de reavaliações periódicas;
 Para abordar e integrar os pais e outros colegas no processo educacional da criança. (FONSECA, 1995, p. 42.)

Segundo (SILVA, 2005), o profissional de educação física, desde que esteja certo de suas capacidades e métodos, seria algo que beire muito do que se é necessário para que a inclusão de pessoas surdas seja uma realidade palpável, óbvio que nenhum professor é um divisor de águas, perfeito, principalmente na área da saúde médica em especial com pessoas deficientes ou dependentes de atenção diferenciada.

O cotidiano das escolas nos dias de hoje que se propõe uma descentralização, certa autonomia do aluno, um romper de autoritarismos deve incorporar subsídios para que o professor em sua área se torne um instrumento de inclusão tão almejado por pessoas socialmente excluídas. Ainda de acordo com Silva (2005), o professor de educação física que opta por trabalhar com pessoas deficientes deve exercer sua função em escolas públicas onde a realidade social é um fator que gera um distanciamento ainda maior da inclusão, pois a carência de profissionais especializados para esses trabalhos é infinitamente superior.

A educação física dentro do âmbito escolar é vista como uma disciplina prazerosa, um momento para o aluno de alegria e prazer. No entanto pode-se dizer que a Educação Física contribui não só para a formação do aluno em seus aspectos físicos, psicossociais, mas também para seu entendimento como ser humano e um cidadão dentro da sociedade, onde nas aulas se pode conhecer o seu eu e o próximo e, suas respectivas diferenças. Afinal, “desenvolver a motricidade não é apenas apresentar maior rendimento em determinadas habilidades (...); bem mais que isso, significa adquirir melhores recursos para se relacionar com o mundo dos objetos e das pessoas” (FREIRE, 1989, p. 56).

A partir desta concepção, a Educação Física pode e deve contribuir no processo de inclusão de alunos com necessidades espe-

ciais na escola regular de ensino, pois dentro de seus objetivos trabalha-se com o desenvolvimento motor, cognitivo, social e afetivo que é de extrema importância para a formação do ser que é inserido em uma sociedade onde se restringe a todo tempo pessoas que são consideradas “diferentes”, podendo-se assim buscar a igualdade no aspecto de ser um cidadão com direitos e deveres iguais.

Nas aulas de Educação Física o aluno com deficiência, tem a oportunidade de se relacionar com outras crianças e interagir de maneira que acrescente novas experiências em sua vida, pois a Educação Física trabalha também com a ludicidade, a individualidade e cooperação, sendo assim uma forma de se inserir os alunos com deficiência com maior facilidade e proporcionar as outras crianças a se relacionar e respeitar as diferenças.

5. Considerações finais

De acordo com Sasaki (1999), no Brasil algumas leis serviram de base para colocar em prática as tentativas de construção de propostas inclusivas, objetivando a reestruturação de sistemas educacionais.

Mas, infelizmente, ainda não há o cumprimento total dessas legislações que seja inclusiva em relação à educação. Concluímos até o presente momento, que a LIBRAS mesmo sendo uma disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura, a Lei ainda não é respeitada em algumas Instituições, salvo o Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA - que já estruturou suas novas matrizes curriculares com a referida disciplina. Para alguns professores são muitas as dificuldades no início em receber um aluno surdo em sua sala de aula, pois faltam cursos de capacitação em LIBRAS.

Constatamos que, a inclusão escolar não é tarefa fácil, porém não é impossível, pois o professor terá que garantir o aprendizado desses alunos, no contexto de suas atividades rotineiras e no planejamento para a turma como um todo. Contudo, ainda há a carência na disponibilização de materiais didáticos visuais para alunos surdos, tendo este que utilizar de outros meios para tentar acompanhar o aprendizado em sala de aula. As pessoas com deficiência necessitam de instruções, de

instrumentos, de técnicos e de equipamentos especializados. Todo este apoio para alunos e professores deve ser integrado e associado a uma reestruturação das escolas e das classes. Dessa maneira, os benefícios do ensino inclusivo podem atingir todos os alunos, professores e a sociedade em geral.

Há insegurança por parte dos educadores que ainda não dominam LIBRAS, de como transmitir de forma clara e eficiente os conteúdos programáticos em sala de aula por igual.

Ainda há um longo caminho a percorrer e isso não acontecerá por decreto, mas através de mudanças internas, individuais, que unidas as de outros, se tornam mudanças coletivas. Precisamos ter em mente que o principal propósito é facilitar e ajudar a aprendizagem e o ajustamento de todos os alunos, os cidadãos do futuro.

Consideramos ainda, que a educação inclusiva poderá e será no futuro um parâmetro de qualificação, tanto das instituições que abracem esta realidade como algo inevitável, quanto para os profissionais que estarão mais empenhados e comprometidos com o desenvolvimento do aluno como um todo, a fim de que ele se torne membro integrante de uma sociedade justa e igualitária. O caminho a se percorrer é longo e cremos que não será fácil, contudo acreditamos na capacidade e destreza dos professores, sobretudo os da área de Educação Física, que tem como missão a transmissão de conhecimentos corporais, vivências esportivas e através de sua profissão a procura de encurtar desigualdades sociais.

6. Referências bibliográficas

1. ALVES, Fátima. **Inclusão: Muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007.
2. BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial - **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, Brasília MEC, 1994.
3. BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos** - ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
4. DALPIAZ, Gisele Santos; DUARTE, Marcelo Gonçalves. **Apontamentos sobre aulas de educação física adaptadas para surdos** <<http://www.efdeportes.com/efd134/aulas-de-educacao-fisica-adaptadas-para-Surdos.htm>>. Acesso em: 19 de setembro de 2010.
5. DIEHL, Rosilene Moraes. **Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiências**. São Paulo: Phorte, 2006.
6. FELIPE, Tanya Amaral. **LIBRAS em contexto**. Rio de Janeiro: Editora: WalPrint, 2008.
7. FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física**. São Paulo: Scipione, 1989.
8. FONSECA, Victor da. **Educação especial: programa de estimulação precoce - uma introdução às idéias de Feuerstein - 2.ed.rev.aumentada - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.**
9. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.
10. QUADROS, Ronice Müller de. **Estudos Surdos I** - Rio de Janeiro: Arara Azul, 2006.
11. SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.
12. SKLIAR, Carlos. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1999.
13. SILVA, Marcos Antonio C; SOARES, Antonio Jorge. **Educação Física e cotidiano escolar: possibilidades e limites**. Revista Espaço: Informativo técnico - científico do INES. N° 24 (Julho - Dezembro 2005). Rio de Janeiro, 2005.

Endereço para Correspondência:

Andréia Oliveira Almeida
 andrea.almeida@foa.org.br

Rua Angola 286, Retiro - Volta Redonda. RJ